

Risco de retrocesso na legislação brasileira sobre o uso de agrotóxicos

Por Carlos Saito, Melissa Curi, Gabriela Litre e
Marcel Bursztyn

doi:10.18472/SustDeb.v9n2.2018.30790

O interesse em torno da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável tem crescido dia após dia. O Brasil já realizou três Encontros de Produtores de Informações Visando à Agenda 2030, sendo o último em fim de abril de 2018. Nessa oportunidade, o IBGE apresentou a Plataforma Digital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Plataforma ODS), reunindo o primeiro conjunto de indicadores globais do Brasil, que permitirão o acompanhamento do alcance desses objetivos, com fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas.

É importante lembrar que a Agenda 2030 representa um grande esforço global de construção de um mundo mais sustentável, na sequência de agendas anteriores como a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM 2015.

Em que pese esse esforço global e mesmo a mobilização nacional, há um outro movimento de desconstrução dos compromissos com a sustentabilidade: o avanço conservador do agronegócio e da indústria agroquímica.

No plano internacional, no final de maio de 2018, a empresa multinacional alemã Bayer deu um passo a mais em sua ação para aquisição da americana Monsanto. A operação obteve a aprovação da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ, sigla em inglês) e o resultado dessa ação deve levar a Bayer a uma posição de ainda maior destaque no setor da agroindústria.

Simultaneamente, na Europa, no momento em que se discute um projeto de lei na França sobre agricultura e alimentos, surge uma denúncia de um deputado e ex-ministro de que um lobby da *Union des Industries de la Protection des Plantes - UIPP* (a União das Indústrias Fitofarmacêuticas), representando a Bayer e a Monsanto, teve acesso antecipado à sua emenda pela interdição do glifosfato, visando interferir nos debates parlamentares¹.

No Brasil, o primeiro semestre de 2018 também foi marcado por fatos relacionados ao tema: o Projeto de Lei (PL) 6.299, de 2002, elaborado, na época, pelo hoje Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, avança em sua tramitação, acirrando os debates entre os empresários defensores e seus críticos ambientalistas e entidades médicas.

Este PL pretende alterar profundamente a produção e o uso dos agrotóxicos no Brasil, introduzindo mudanças nos critérios de aprovação, na análise de riscos e, inclusive, no nome que designa estes produtos, que deixariam de ser chamados de agrotóxicos para serem rotulados como “defensivos agrícolas” e “produtos fitossanitários”. O projeto pretende liberar licenças temporárias de registro e prevê, também, que a análise dos produtos leve à proibição somente daquelas substâncias que apresentem “risco inaceitável”.

1 Disponível em: http://www.liberation.fr/france/2018/05/24/delphine-batho-il-y-a-une-ingerence-des-lobbys-de-l-agrochimie-au-parlement_1652175. Acesso em 6/8/2018.

Entidades da área de saúde, como o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), têm se posicionado contrariamente ao teor do Projeto de Lei, questionando, entre outras coisas, se é possível falar em riscos aceitáveis quando se trata de saúde pública e proteção ao meio ambiente. Entidades ambientalistas reforçam a ideia da necessidade de prevalecer o princípio da precaução, consoante o princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992.

O Ministério Público Federal (MPF) também endossa o movimento de oposição ao Projeto de Lei, argumentando que pelo menos seis artigos da Constituição Federal seriam violados, caso o projeto venha a ser aprovado.

No mês de maio de 2018, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco e a Associação Brasileira e Agroecologia – Aba apresentaram o “Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto da Lei do Veneno (PL 6299/2002) e a favor do Projeto de Lei que instituiu a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos”², com uma compilação de 15 notas técnicas já lançadas contra o PL 6299/2002, buscando oferecer embasamento científico para as discussões sobre o tema.

No entanto, este cenário se agrava ainda mais com o cerceamento ao debate e a perseguição a cientistas que começam a ocorrer, fato denunciado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, reunido entre os dias 1º e 2 de fevereiro de 2018. Em nota pública, o Conselho Deliberativo da Fiocruz se posiciona veementemente contra a censura e a intimidação de pesquisadores, e defende o direito de se produzir ciência para a defesa da vida no país.

O fato motivador da nova pública foi a interpelação judicial movida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec) contra o pesquisador Fernando Carneiro, da Fiocruz Ceará, em função de uma apresentação feita pelo pesquisador, em 28 de setembro de 2015, em audiência pública, convocada pelo Ministério Público em Fortaleza, para debater os agrotóxicos e seus efeitos sobre a saúde e o ambiente. Apesar ter feito referência a dados do Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, publicação de responsabilidade do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, o pesquisador foi alvo de críticas e constrangimentos. Conforme solicita a Faec, não se deve chamar os agrotóxicos de “veneno”, mas de “defensivos agrícolas”.

A nota do Conselho Deliberativo da Fiocruz adentra no debate sobre direito da população e deveres do Estado, afirmando ser a comunicação em saúde um direito da população e um dever do Estado, que ainda deve garantir o exercício pelos seus servidores de suas funções básicas, nesse caso, envolvendo a realização de pesquisas e a divulgação do conhecimento gerado sobre os impactos socioambientais produzidos pelos agrotóxicos, em defesa da vida.

Para a Revista *Sustentabilidade em Debate* o papel da ciência no tratamento dos temas do Desenvolvimento Sustentável transcende os mecanismos bioquímicos da intoxicação por agrotóxicos. É necessário olhar para este conjunto de fatos e buscar, cientificamente, entender, também, as conexões, os padrões que unem esses movimentos isolados e distantes geograficamente, mas que se alinham no presente. Uma pista para essa investigação já foi dada em artigo publicado em 2017, na revista *International Gramsci Journal*, que analisa as possíveis intencionalidades subjacentes ao movimento de implantação do SLAPR (Sistema de Licenciamento Ambiental para Propriedades Rurais), no estado do Mato Grosso³, tendo à frente o mesmo proponente do projeto de Lei 6.299/2002.

Nessa rede de interconexões, mais um fio tecido se conecta, formando um desenho complexo em que, à semelhança da aranha, o capital ligado à agroindústria e ao agronegócio em geral, tece a teia, subordinando o imperativo de um mundo sustentável ao apetite voraz da lucratividade, segundo a

2 O Dossiê pode ser obtido em duas partes:

Parte 1: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/05/Dossiê_PL-Veneno_PL-PNARA_Final-1.pdf

Parte 2: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/05/dossie_parte_2.pdf

3 O artigo em referência é: SAITO, C.H.; AZEVEDO, A.A. 2017. Organic Intellectuals: Legitimizing Agribusiness Production in Brazil. *International Gramsci Journal*, 2(2): 107-132. Available at: <http://ro.uow.edu.au/gramsci/vol2/iss2/8>.

lógica do *business as usual*. Trata-se de um movimento que começou há anos, de forma imperceptível, e que começa a ganhar sentido à medida que os fatos se acumulam e o processo se movimenta no tempo. Cabe à ciência, independente, ética e interdisciplinar, contribuir para desvelar o movimento em curso, apresentando o nexo entre os fatos aparentemente desconexos.

Sustentabilidade em Debate se posiciona como parte responsável na missão de prover a sociedade com conhecimentos que permitam contrapor esse retrocesso da legislação referente à saúde e ao meio ambiente.

Nesta segunda edição do ano, dando continuidade a interdisciplinaridade e ao amplo debate sobre sustentabilidade, SeD apresenta 10 artigos em sua seção *Varia*. Estes, em linhas gerais, desenvolvem pesquisas sobre agronegócio, conservação e degradação do meio ambiente, conflitos socioambientais, recursos hídricos, eficiência energética de veículos e, também, sobre ações sustentáveis desenvolvidas por instituições de ensino. Vejamos, a seguir, uma breve apresentação destes artigos, bem como das outras seções da edição.

O primeiro artigo, intitulado *Re-primarization revisited: an analysis of decision-making variables in the Argentine soy agribusiness (1993–2015) (Re-primarização revisitada: uma análise das variáveis decisórias no agronegócio argentino da soja (1993–2015))*, dos autores Felix Malte Dorn e Robert Hafner, tem como objetivo apresentar uma nova perspectiva, baseada em estatísticas, sobre a produção de soja na Argentina. Foram analisadas as variáveis de inovação tecnológica, previsão do tempo, preço, expansão territorial e o papel do Estado, para mostrar a extensão de suas influências na tomada de decisões por parte dos representantes do agronegócio e para subsequente produção e exportação de soja.

Os autores Vanessa Vale et al., no artigo *Desenvolvimento sustentável municipal e financiamento bancário: análise do Programa Municípios Verdes Paraenses*, fazem uma análise sobre a relação do nível de sustentabilidade de 13 municípios verdes do estado do Pará com os financiamentos bancários liberados em 2010.

No artigo *Estratégias relacionadas à conservação ambiental em reservas particulares no Mato Grosso do Sul, Brasil*, os autores Marta Regina Melo, Celso Correia Souza e Neiva Guedes analisam as estratégias relacionadas à conservação ambiental nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) Quinta do Sol e Vale do Bugio. Por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas, identificam 12 variáveis como indicadores de sustentabilidade ambiental, que podem servir de referência para expansão de novas áreas protegidas.

Com foco na justiça ambiental e nos projetos de infraestrutura, o artigo *Conflito territorial e (in) justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na RESEX marinha do Pirajubaé, Santa Catarina, Brasil*, dos autores Juliana Spínola, Cristina Teixeira e José Milton Andrigetto-Filho, analisa a situação socioambiental de uma Reserva Extrativista no município de Florianópolis, sul do Brasil, que foi impactada pela construção de uma via expressa sobre o seu território. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas com extrativistas da Resex e técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Os autores Rita Márcia da Silva Pinto Vieira et al., no artigo *Análise das interações entre dados climáticos e o processo de desertificação no núcleo de desertificação de Cabrobó-PE, Brasil*, avaliam a dinâmica das mudanças de usos e cobertura da terra no núcleo de desertificação de Cabrobó-PE, a partir de uma abordagem que inclui a variação espaço-temporal de dados ambientais e de clima. Para a execução do trabalho, utilizaram o software ArcGis e a Plataforma do Google Earth Engine, que possibilitaram detectar mudanças, mapear tendências e quantificar diferenças de alterações na superfície terrestre.

Entrando agora na temática da água, o artigo *As “duas faces” da crise hídrica: escassez e despolitização do acesso à água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, da autora Suyá Quintslr, problematiza o discurso sobre a crise hídrica nos anos 2014-2015, discutindo as estratégias de legitimação e seu papel na exclusão da questão da desigualdade no acesso à água dos espaços decisórios.

Os autores Jorge Luís Pinto Filho, Raquel Franco de Souza e Reinaldo Antônio Petta, no artigo *Avaliação da água para consumo humano nas comunidades rurais do Campo Petrolífero Canto do Amaro-CPCA*,

RN, Brasil, por meio de metodologias de percepção ambiental e análises físico-químicas e de metais pesados na água, avaliam o sistema de abastecimento e a qualidade da água para consumo humano das comunidades rurais do Campo Petrolífero Canto do Amaro.

O artigo *O planejamento da drenagem urbana em cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, da autora Lorraine Campos Martins, faz uma reflexão sobre as modificações ocorridas nas relações entre o meio ambiente e as cidades ao longo dos anos. Nessa análise, a autora discute medidas aplicadas no planejamento de drenagem urbana propostas para seis cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

No artigo *Sustentabilidade na última milha do transporte urbano de carga: o papel da eficiência energética do veículo*, os autores George Vasconcelos Goes et al. buscam identificar, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, as alternativas propostas pela literatura no âmbito do veículo de carga como meio para melhorar a eficiência energética, transformando a operação de entregas em uma alternativa sustentável.

Fechando a seção *Varia*, os autores Cristiane Pantaleão et al., no artigo *Sustentabilidade em campi universitários: um estudo de caso do grupo Aliança Internacional das Universidades de Pesquisa*, apresentam, de forma descritiva e ilustrativa, a evolução das principais ações de sustentabilidade nos campi das Instituições de Ensino Superior (IES), membros de uma aliança internacional. Com essa finalidade, realizou-se uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, utilizando uma estratégia de análise documental de Relatórios de Sustentabilidade (RS), disponibilizados on-line por IES membros da Aliança Internacional das Universidades de Pesquisa (IARU).

Na seção *Resenha*, o autor José Edmilson de Souza-Lima apresenta o trabalho *Uma mirada latino-americana desde as margens*. A resenha trata da obra *América Latina: sociedade e meio ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento*, organizada por Dimas Floriani e Antonio Elizalde Hevia.

Por fim, na seção *Galeria*, temos um lindo ensaio fotográfico, acompanhado de um rico texto explicativo, intitulado *Água e Floresta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. O trabalho, dos autores Anne-Elisabeth Laques, Ana Isabel Cabral, Suzy Cristina da Silva, Henrique Pereira e Carlos Saito, é fruto de uma expedição científica realizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDS do Uatumã), em agosto de 2017, pela equipe de pesquisa do projeto conjunto entre Brasil-França, denominado *SINBIOSE Système d'INdicateurs de BIODiversité à l'uSage des actEurs: Biodiversité terrestre et aquatique*.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os Editores